

CORREIO POLÍTICO

TAXA DE JUROS

Lula voltou a mostrar descontentamento com o atual nível da taxa de juros e disse que ninguém aguenta mais ficar a cada 45 dias vendo uma parte do país defendendo e outra criticando o patamar. "É preciso encontrar caminhos para que a economia brasileira cresça para além daquela normalidade que todo mundo fala". Ele lembrou que durante os seus mandatos em toda reunião do Copom tinha alguém para fazer crítica ou para falar bem sobre as mudanças.



"História vai julgar", diz Lula

Visita a Itaguaí

O presidente esteve no Complexo Naval de Itaguaí, na região metropolitana do Rio, onde são construídas embarcações do Programa de Submarinos da Marinha (Prosub), considerado estratégico. Para o presidente, os investimentos na área

de defesa fazem parte de uma estratégia para fortalecer a economia brasileira e a geração de empregos e renda. Lula defendeu que não se pode pensar apenas no ponto de vista negativo, ao contrário, tem-se que acreditar no lado positivo.

Conselho

Foi agendada para as 14h da terça-feira (28) reunião de instalação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Os senadores vão eleger o presidente e o vice-presidente para os próximos dois anos.

Preso

A Polícia Federal prendeu na quinta (23) um policial da reserva da PMDF suspeito de ser uma das lideranças do acampamento golpista em frente do QG do Exército em Brasília.

Rumo à China

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC irão se juntar a Lula em sua viagem à China. Além deles, estão confirmadas entidades como a CUT.

Adiada

A CCT do Senado adiou a votação do PL que obriga a apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação.

Tânia Régio/Agência Brasil

MPs do governo voltarão a passar por comissão mista

Após impasse, decisão foi tomada pelo presidente do Senado

Após uma queda de braço que se arrasta há mais de 50 dias entre senadores e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu, nesta quinta-feira (23), que a análise de medidas provisórias enviadas pelo governo ao Congresso Nacional voltará a seguir o rito previsto pela Constituição Federal.

Desde 2020, para dar agilidade ao trabalho dos parlamentares, que passaram a ter sessões remotas, por causa da pandemia da covid-19, um ato conjunto das mesas da Câmara e do Senado eliminou a necessidade de análise de MPs em comissões mistas. Assim, as medidas provisórias passaram a ser analisadas diretamente no plenário – primeiro na Câmara, por 90 dias, e depois no Senado, por 30 dias –, permitida emendas. A medida foi justificada, à época, como excepcionalíssima em razão das medidas emergenciais sanitárias impostas pela pandemia.

Com a decisão do presidente do Senado, em respeito a um acordo anterior com o presidente da Câmara, Arthur Lira, as MPs que foram enviadas pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que ainda serão apreciadas pelo Congresso, seguirão o rito adotado durante a pandemia de votação direta nos plenários. Já as MPs enviadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva passarão pelas comissões mistas, que devem ter imediatamente seus membros indicados pelos líderes de cada Casa. Em cada análise de



Lula Marques/ Agência Brasil

Resposta à questão de ordem apresentada por Calheiros

MP, a presidência e a relatoria dos colegiados volta a ser alternada entre deputados e senadores.

Emergência

A decisão de Pacheco é uma resposta a uma questão de ordem, apresentada à Mesa do Senado, pelo líder da maioria, Renan Calheiros (MDB-AL), pedindo o retorno imediato do funcionamento das comissões mistas com análise prévia das comissões, tal qual era antes da pandemia. Isso porque a tramitação de MPs enviadas pelo governo Lula - entre elas a de reorganização da Esplanada e a de reorganização de comissões - está travada no Congresso diante da falta de consenso entre as casas legislativas.

Apoiado unanimemente pelos líderes da Casa, Renan Calheiros lembrou que a apreciação de MP, sem necessidade de passar por comissão mista, não tem mais sentido, já que foi autorizada por

ato do Congresso em 2020, em caráter excepcionalíssimo. "A validade dessa exceção foi confirmada por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, apenas durante o estado de calamidade pública", disse Renan Calheiros.

Impasse

Apesar de no Senado o tema ser considerado pacificado, e com discussão vencida, na Câmara, Arthur Lira deu sinais claros que ainda não há nada resolvido sobre o impasse. Enquanto Pacheco reunia o Colégio de Líderes para fechar questão sobre a polémica e levar sua decisão ao plenário, Lira, também após reunir os líderes da Casa, classificou a decisão de "truculenta" e ameaçou não cumprir a determinação de Pacheco.

O deputado Arthur Lira defende a manutenção do rito atual, em que as MPs são votadas primeiro na Câmara e depois no Senado, pulando a etapa das

comissões mistas. "Este gesto [primeiro análise pelas comissões mistas] que não vai levar a lugar nenhum. Não defendemos ir contra a Constituição, mas queremos um rito mais atual, que atenda a demanda das duas casas. Não queremos guerra, mas não fui eu quem mudou o texto e mudei com a minha palavra. A comissão mista truculenta não vai andar com medidas provisórias. As lideranças do governo querem que o rito atual seja obedecido. Esta é uma decisão unilateral que não ajudará o Brasil", criticou.

Lira avalia ainda que a Câmara se sente sub-representada nas comissões mistas. "Seriam 12 [representantes] de 513 deputados, enquanto o Senado [que tem 81 parlamentares] ficaria super-representado. O que custa arrumar uma alternativa e ceder? A nossa proposta era para que o Pacheco fizesse esse gesto, e distensionássemos 13 MPs do governo anterior e construíssemos uma PEC com a nova realidade", disse.

Segundo Arthur Lira, antes de irem diretamente ao plenário, quando as matérias chegavam, eram com pouco prazo e muitas MPs caducavam. "No período em que o rito estabelecido pela pandemia foi instaurado, eu desafio o Senado a provar que alguma matéria foi encaminhada a eles sem tempo de apreciação", afirmou.

O presidente da Câmara disse que "continua com toda boa vontade" de sentar com Pacheco, sem a presença de senadores mais radicais na condução do tema, para um consenso.

ECONOMIA

CORREIO ECONÔMICO

LUCRO DA CAIXA

A Caixa Econômica Federal registrou um lucro líquido de R\$ 9,2 bilhões em 2022, contábil de R\$ 9,8 bilhões e patrimônio de R\$ 122,6 bilhões, o que representa um aumento de 9,9% em 12 meses, de acordo com balanço divulgado pelo banco. Segundo os dados, o saldo na carteira de crédito total foi R\$ 1 trilhão, com crescimento de 16,7% sobre 2021, com saldo de R\$ 637,9 bilhões na carteira de crédito imobiliário (+ 13,6%).



Dado se refere a 2022

Altas nas contratações de crédito

Foram registrados R\$ 509,8 bilhões em originação de crédito total, com crescimento de 16,6% em relação a 2021; R\$ 161,7 bilhões em contratações de crédito imobiliário, alta de 15% sobre 2021; R\$ 91,2 bilhões em contratações

de crédito imobiliário do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, com crescimento de 10,1% em relação a 2021; R\$ 70,5 bilhões em contratações de crédito imobiliário FGTS, crescimento de 22,2% em comparação a 2021.

Consumo

O consumo nos lares brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abbras), encerrou o primeiro bimestre em alta de 1,44%. Na comparação com fevereiro de 2022, houve alta de 0,95%.

Justificativas

Segundo a Abbras, o reajuste do salário mínimo, a manutenção do valor de R\$ 600 do Bolsa Família; o pagamento do auxílio gás (fevereiro) e a menor pressão inflacionária nos preços dos alimentos contribuíram para o resultado.

Famílias

O resultado contempla os formatos de loja atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo IPCA, medido pelo IBGE.

Estimativa

A entidade estima que o que deve sustentar o consumo nos lares no primeiro trimestre, é o reajuste do salário mínimo em 7,42% para mais de 60 milhões de pessoas, além do acréscimo de R\$ 150 por criança, no Bolsa Família.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Impostos rendem R\$ 158 bi

Valor arrecadado pela União em fevereiro é recorde para o mês

A União arrecadou R\$ 158,99 bilhões em impostos em fevereiro, de acordo com dados divulgados pela Receita Federal. É o maior valor da série histórica, iniciada em 1995. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve crescimento real de 1,28%, ou seja, acima da inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R\$ 410,73 bilhões, representando acréscimo acima da inflação de 1,19%. O valor é o maior da série para o período acumulado.

Em relação às receitas administradas pela Receita, o valor arrecadado ficou em R\$ 153,03 bilhões, representando acréscimo real de 1,14%, enquanto no período acumulado de janeiro e



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Dados foram divulgados pela Receita Federal

fevereiro, alcançou R\$ 387,96 bilhões, alta real de 1,76%.

O aumento pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento de recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição So-

cial Sobre o Lucro Líquido, que incide sobre o lucro das empresas. A arrecadação somou R\$ 30,83 bilhões, com crescimento real de 12,12% sobre o mesmo mês de 2022.

A Receita observa ainda

que houve pagamentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities, associadas à mineração e extração e refino de combustíveis.

Já as receitas extraordinárias foram compensadas pelas desonerações tributárias. Apenas em fevereiro, a redução de alíquotas do PIS/Confins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R\$ 3,75 bilhões. No ano, chega a R\$ 7,50 bilhões. Já a redução de alíquotas IPI custou R\$ 1,9 bilhão no mês passado e R\$ 3,80 bilhões no acumulado do ano.

Outro destaque da arrecadação de fevereiro foi a receita previdenciária, que alcançou R\$ 46,04 bilhões, acréscimo real de 6,28%, em razão do aumento real de 8,52% da massa salarial.

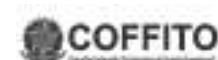
China volta a importar carne brasileira

O Ministério da Agricultura e Pecuária informou que o governo chinês decidiu suspender o embargo à carne bovina brasileira. A decisão, segundo a pasta, foi tomada após reunião entre o ministro Carlos Fávaro e o ministro da Administração Geral da Aduana Chinesa, Yu Jianhua, em Pequim.

As importações estavam suspensas desde fevereiro, após a confirmação de um caso, classificado pelo governo brasileiro, como "isolado e atípico" do mal da vaca louca em uma pequena propriedade em Marabá, no Pará.

"Desde a descoberta do caso, o Ministério da Agricultura e Pecuária vem trabalhando com transparência e tomando todas as providências necessárias conforme protocolo de importação internacional", informou a pasta, por meio de comunicado à imprensa.

O embargo fez o preço do produto no mercado interno ter uma ligeira queda, mas com a volta da exportação, pode ser que a carne bovina volte a subir nas prateleiras dos mercados, supermercados e atacarejos espalhados pelo país.



EDITAL - CREFITO-2

A COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO - CREFITO-2, Autarquia Federal instituída pela Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, devidamente constituída conforme a Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2023, torna público, nos termos do § 5º do artigo 12 da Resolução-COFFITO nº 519/2020, o julgamento das habilitações, conforme ata de julgamento constante dos autos, tendo sido deferido o pedido de inscrição de uma chapa. CHAPA Nº 01 "+ VALORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RESPEITO", composta pelos seguintes profissionais candidatos a Conselheiros Efetivos e Suplentes, respectivamente: Wilen Heil e Silva, CREFITO 2 Nº 028007-F; Diego de Farias Magalhães Torres, CREFITO 2 Nº 055218-F; Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima, CREFITO 2 Nº 008900-F; Leonardo Luiz Siqueira da Fonseca, CREFITO 2 Nº 056702-F; Anke Bergmann, CREFITO 2 Nº 020565-F; Raphael Correia Caetano, CREFITO 2 Nº 006113-TO; João Carlos Magalhães, CREFITO 2 Nº 007730-F; Carlos Roberto Pinto Pereira, CREFITO 2 Nº 020562-F; Alisson Hygino Silva, CREFITO 2 Nº 033729-F; Clailson Henriques de Almeida Farias, CREFITO 2 Nº 083627-F; Wagner Gomes Bezerra, CREFITO 2 Nº 025973-F; Leandro Miranda de Azevedo, CREFITO 2 Nº 020551-F; Leonardo Brito de Oliveira, CREFITO 2 Nº 065064-F; Rafael Santiago Floriano, CREFITO 2 Nº 064930-F; Karla Sany Zózimo Lobo, CREFITO 2 Nº 139123-F; Rubens Guimarães Mendonça, CREFITO 2 Nº 085588-F; Simone Ferreira do Nascimento, CREFITO 2 Nº 007170-TO; Ana Carla de Souza Nogueira, CREFITO 2 Nº 006582-TO. Na forma da Resolução-COFFITO nº 519/2020, desta decisão caberá recurso ao COFFITO, interposto perante a Comissão Eleitoral, no prazo regimental.

Cátia Rocha Sales
Presidente da Comissão Eleitoral do CREFITO-2